

17 FEV 1988

Avanços e recuos na Constituinte

A Constituinte, em seu trabalho de elaboração constitucional, tem registrado progressos marcantes, sempre que acordos são celebrados entre os diferentes grupos ali existentes. Também não é preciso ser especialista na matéria para perceber que determinadas facções que compõem a Constituinte, com intuítos meramente eleitorais e demagógicos, querem transformar a futura Constituição em simples programa de Governo, o que foge por inteiro às suas finalidades. Mas os acordos estabelecidos pela voz do bom-senso têm sido salutares, na medida em que possibilitam soluções duradouras, como no caso do direito de propriedade.

Já que no caso a Constituinte perseguia uma solução capitalista, embora o direito de propriedade tenha se submetido às condições sociais, o que permitirá ao legislador complementar as medidas necessárias aos seus efeitos, com ampla liberdade de opções. Só ficaram de fora do entendimento cerca de 40 parlamentares, num universo de quase quinhentos entre os que participaram da votação. Nesses quarenta e poucos divergentes sua maioria é constituída de socialistas, que pregam o fim do direito de propriedade e a socialização dos meios de produção, embora nesse grupo devam ser também encontrados parlamentares que, por questões de conceituação política ou jurídica, possam ter manifestado com o voto seu descontentamento com os termos do acordo celebrado entre as principais lideranças.

No entanto, as lideranças de maior bom-senso na Constituinte, como os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa, têm advertido que a futura Constituição Brasileira não deve ser fruto de um ou outro grupo que ali possa ser eventualmente majoritário. Em dado momento o Cen-

trão quis exercer na Constituinte o papel de rolo compressor, que aprovava tudo que obtivesse o *nihil obstat* daquele bloco parlamentar. Felizmente, o Centrão perdeu sua unidade, pois seu sucesso inicial foi devido unicamente a uma causa: conseguir a reforma do regimento interno da Constituinte, no que obteve êxito. A partir daí o Centrão perdeu seus objetivos, pelo menos por parte de seus elementos moderados.

A Constituinte teve duas fases distintas. A da Comissão de Sistematização e a da reforma do seu regimento interno, sem falar do período das subcomissões e das comissões temáticas, em que imperou verdadeiro turbilhão, responsável em grande parte pelo retardamento que irá sofrer a promulgação da nova Constituição. Na Comissão de Sistematização o senador Mário Covas cometeu diversos erros de avaliação, o que iria lhe custar alto preço político, dos quais agora procura se redimir. Covas é, sem sombra de dúvida, uma das mais respeitáveis personalidades políticas da Constituinte. Mas ao compor a Comissão de Sistematização, em nome do PMDB, deu-lhe uma forte conotação de esquerda, o que não correspondia ao perfil político do seu partido, como da própria Constituinte. O PMDB, mesmo em seu grupo histórico, é constituído por uma maioria que se orienta no máximo por uma posição de centro-esquerda.

Covas parece ter aprendido a lição que lhe foi oferecida pela Comissão de Sistematização. Tanto assim que, na opinião de vários observadores, mudou seu comportamento político, assumindo uma posição mais compreensiva e tolerante nas negociações empreendidas. Com isso ganhou pontos e deixou o isolamento político a

que fora confinado em seu próprio partido, em virtude do prestígio que, na fase anterior da Constituinte, havia oferecido a grupos como o do MUP, situado numa posição mais à esquerda do PMDB. Hoje, Covas quer ver o MUP o mais distante possível dele, segundo tem confessado a amigos.

Estabilidade no emprego

Antes do Carnaval, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, estiveram reunidas com ele lideranças de vários partidos para examinar a possibilidade de um acordo preliminar em torno da estabilidade no emprego, o próximo ponto polêmico a ser enfrentado pela Constituinte. Chegou-se a um texto básico para negociações, em que a demissão sem justa causa é punida sob a forma de indenização progressiva. O PC do B e o PT estão excluídos das negociações, em virtude das posições intransigentes que defendem, mas admite-se como possível que o PCB venha a participar dos entendimentos.

Último trem para Paris

O Governo Sarney voltou à defensiva política. São poucos na Constituinte os que ainda acreditam ser possível reverter a tendência favorável aos quatro anos de mandato para Sarney. O único político com cacife suficiente para desequilibrar o jogo e garantir o mandato de cinco anos seria Ulysses Guimarães, mas poucos julgam provável que venha a assumir esse risco. Não foi sem razão que recente interlocutor do presidente Sarney, fazendo uma apreciação sobre a luta em torno da sucessão presidencial, lembrou-lhe que o último trem para Pequim, no qual Ulysses pode embarcar, parte no dia 31 de dezembro deste ano. As chances políticas de Ulysses são este ano ou nunca mais.